

O político-religioso

Dezessete (e mais uma) teses embrionárias escritas em um espírito de tópica sociológica

Alain Caillé¹

TESE Nº 1.

Distingamos o religioso e a religião. O religioso está para a religião assim como o político está para a política.

TESE Nº 2.

O religioso e o político constituem, em conjunto, o momento instituinte pelo qual as sociedades se relacionam consigo mesmas e se produzem enquanto tais, na sua singularidade e na sua contingência, traçando uma fronteira entre o fora e o dentro, entre os inimigos e os amigos, entre os praticantes e os não-praticantes ou entre os descrentes e os crentes. Faces opostas de uma mesma medalha, eles se diferenciam pelo fato de que o momento estritamente político refere-se à ação – e à vio-

¹ Tradução do artigo, publicado originalmente em francês, em: CAILLÉ, A. “Le politico-religieux: dix-sept (plus une) thèses embryonnaires écrites dans un esprit de topique sociologique”. *Revue du MAUSS*, 1/2002, nº 19, p.304-308. Disponível em: www.cairn.info/revue-du-mauss-2002-1-page-304.htm. Tradução de André R. P. Magnelli, professor substituto do IFCS-UFRJ, professor assistente da FSB-RJ e doutorando em sociologia no IESP-UERJ, no qual é pesquisador do núcleo SOCIOFILO.

Cadernos do Sociofilo

lência –, ao passo que o religioso age por meio de símbolos. Ou antes, de meta-símbolos (ou grandes símbolos).

TESE Nº 3.

Chamemos este momento instituinte de *o político-religioso*.

TESE Nº 4.

Na interseção do religioso e do político, encontram-se, de uma parte, os rituais (do lado da prática), e, de outro, as grandes narrativas (do lado do simbolismo).

TESE Nº 5.

A política tem por objeto a conquista e a gestão do poder central e geral *no seio* de uma sociedade. A religião visa o controle do crer, do ritual e do saber geral *no seio* de uma sociedade. O político-religioso concerne à capacidade de instituir a sociedade enquanto tal, nos seus limites, em relação com uma exterioridade e uma alteridade – os inimigos, seu passado, seu futuro, o que ela poderia ou teria podido ser. Ele confere a uma sociedade sua identidade em relação com uma alteridade determinada e com uma alteridade indeterminada.

TESE Nº 6.

Enquanto momento instituinte de uma sociedade, o político-religioso se distingue do conjunto das ordens instituídas da ação social: a economia, a política, a religião, a arte, etc.

TESE Nº 7.

No seio de cada uma destas ordens instituídas, os homens comunicam entre si e com seu mundo com a ajuda de signos e de símbolos. Os signos pretendem designar as coisas tais como elas são. Eles se referem a objetos do mundo, percebidos na sua

singularidade e sua descontinuidade. Eles se organizam nos discursos. Os símbolos são signos de signos, alianças entre signos que se referem à aliança entre os homens e que determinam as condições de emprego dos signos ao decidir a respeito do que faz sentido. Eles concernem às relações entre os signos. Eles se organizam nas narrativas. Os meta-símbolos determinam as condições de emprego dos símbolos.

Eles [os meta-símbolos] concernem às relações entre as relações. Eles são os símbolos instituintes. Eles se organizam em grandes narrativas. Chamemo-los, portanto, de grandes símbolos. O religioso se vincula à origem dos grandes símbolos - ou aos símbolos da origem -, que marcam a unidade singular de uma sociedade, presente ou por vir.

TESE Nº 8.

Da mesma forma que a política gera a dominação legítima ao estruturar o momento instituinte do político, da mesma forma a religião visa ao monopólio do crer, da ação ritual e do saber legítimos ao estruturar o momento instituinte do religioso.

TESE Nº 9.

É preciso ainda acrescentar que a questão do monopólio do crer e do saber, assim como aquela do monopólio do poder, somente surge quando várias crenças ou vários poderes pretendem à legitimidade e entram em concorrência. Tal não é o caso na sociedade primeira. Se bem que, propriamente falando, somente existe a religião e a política sob a forma das grandes religiões e das grandes *polities*.

Cadernos do Sociofilo

TESE Nº 10.

O político-religioso se desdobra sobre três dimensões. Horizontal e espacial, na qual ele traça a fronteira entre o aqui, o lá e o alhures (os próximos, os amigos-aliados e os estrangeiros-inimigos). Vertical e temporal, na qual ele traça a fronteira entre o presente, o passado e o futuro, entre os ascendentes e os descendentes, os ancestrais mortos e as gerações por vir. Diagonal, em que ele traça a fronteira do aqui-embaixo com, de um lado, o além suprassensível e supratemporal e, de outra parte, com o aquém da natureza.

TESE Nº 11.

O dom representa o meio específico do instituinte. Ele é também tridimensional: [1] dom aos inimigos que se pretende converter em aliados, [2] dom intergeracional e [3] dom aos representantes do aquém da natureza ou do além da sobrenatureza. É ele que opera a passagem da desconfiança à confiança, da hostilidade à paz, do para si ao para outrem, do isolamento e do abandono à aliança, da morte à vida, da regra, da coerção ou da lei à liberdade, à ação e à criação.

TESE Nº 12.

Da mesma forma que os dons são simbólicos, isto é, da mesma forma que eles tornam manifesta uma intenção de paz e de vida, e, portanto, eles devem se (dar a) ver, da mesma forma os símbolos servem para a encenação [*mise em scène*] e a comemoração de dons. As sociedades (ou, mais modesta e mais geralmente, as relações sociais) somente existem na medida em que elas se dão a ver (a escutar, também, e mais tarde, a ler). Os símbolos e as narrativas (mas também as representações, os rituais) asseguram sua encenação. A religião visa ao monopólio das representações mais gerais do aparecer (*Selbstdarstellung*)

da sociedade enquanto tal, o momento da escolha da sociedade por si mesma.

TESE Nº 13.

A filosofia raciocina por signos sobre o simbolismo e o meta-simbolismo (o religioso). Os mitos ou os contos raciocinam por símbolos, a religião por grandes símbolos.

TESE Nº 14.

Modo de engendramento dos símbolos e das narrativas que fazem sentido, código dos códigos, o religioso tem, evidentemente, relação com as “mentalidades”, a “cultura” ou a “civilização”. Mas essas não são, enquanto tais, “religiosas”. Distingamos, portanto, quatro esferas:

- O *significativo*, mundo dos signos e da denotação (a cultura técnica e material);
- O *simbolismo*, mundo dos símbolos, das relações significativas entre os signos e da conotação (a cultura cultural);
- O *simbólico*, mundo do engendramento dos símbolos (relações de relações) e do sentido (a *épistémé*, as mentalidades);
- O *religioso*, momento da relação dos símbolos com sua alteridade e com o simbólico enquanto tal.

Uma civilização é uma pluralidade de culturas diversas e opostas, unificadas por sua referência a um mesmo religioso englobante e geral.

TESE Nº 15.

A questão da transcendência é inseparável daquela da alteridade (e, portanto, da identidade). A transcendência está no seio da identidade, é o que a excede e a constitui. Ao mesmo tempo seu suplemento e sua disseminação.

Cadernos do Sociofilo

A alteridade-transcendência é a alteridade-transcendência (1) da natureza e do cosmos, (2) do outro-inimigo-estrangeiro, (3) das gerações passadas e futuras, (4) da sobrenatureza espiritual (o simbólico enquanto tal). O religioso se constitui na sua relação com esta quádrupla transcendência.

TESE Nº 16.

A alteridade transcendência é sempre sexuada-generada [*sexuée-génrée*].

TESE Nº 17.

A religião põe a questão da relação dos sujeitos à animalidade/espiritualidade, à amizade/inimizade consigo ou com os outros, à origem e ao destino. Mais geralmente, o meta-simbolismo põe a questão da origem da lei e do sentido da morte, da origem da vida e dos possíveis para a liberdade, da harmonia e do conflito entre os seres.

TESE(S) SOBRE O GIRARDISMO ANTROPOLÓGICO.

O girardismo antropológico repousa sobre a identificação do religioso e do sacrificial. Ao qual se pode fazer a objeção de que:

- O político-religioso tem necessariamente a ver e a fazer com a questão da violência e da inimizade, mas ele não implica necessariamente uma solução sacrificial da inimizade;
- Toda sociedade deve se representar a si mesma, se exteriorizar e cristalizar sua imagem naquela de certos personagens eminentes – fazendo-se sobressair [*faisant saillie*]–, mas estas não são necessariamente vítimas emissárias virtuais. Ou ainda: a lógica simbólica da reciprocidade basta frequentemente para explicar o retorno da violência contra aqueles que ocupam uma posição de poder;

- Sim, as sociedades caem frequentemente num regime sacrificial de assassinio de uma vítima emissária, mas (1) não é preciso confundir o sacrifício dos inimigos e o sacrifício de si ou de seus amigos, o auto-sacrifício, e (2) o sacrifício deve ser analisado como uma deformação e uma exacerbação do dom e da guerra, não como sua verdade intrínseca e primeira.

Eu redigi o essencial destas linhas por ocasião de uma jornada de discussão organizada pelo GÉODE (Grupo de Estudo e de Observação da Democracia), em Paris X - Nanterre, em 8 de março de 2002, sobre o tema: "O que é a religião?". Esta sessão retomava o título do livro de Shmuel Trigano² e girava parcialmente em torno de suas análises. Redigidas às pressas, estas teses eram (e permanecem) destinadas principalmente a alimentar a discussão, tendo em vista um trabalho de clarificação conceitual, do qual parece, de forma cada vez mais evidente, que não poderemos mais eternamente nos esquivar. Eu pensei em mantê-las em suspenso por um certo tempo para deixá-las amadurecer, para fazê-las sofrer o fogo da crítica dos especialistas e de meus amigos (por vezes reunidos numa mesma pessoa) e para enriquecê-las com exemplos concretos que fazem extrema falta aqui. A recepção do artigo de Marcel Gauchet³, que levanta as mesmas questões, me suscitou a vontade de publicá-las sem mais delongas, independente das lacunas gritantes, que seja ao menos para iniciar uma discussão com ele e para convidar outros a se juntar a ela.

² TRIGANO, Shmuel. *Qu'est-ce que la religion?*. Paris: Flammarion, 2001.

³ Alain Caillé se refere a um artigo de Marcel Gauchet publicado no mesmo número da Revista MAUSS: GAUCHET, M. "Les tâches de la philosophie politique". *Revue du MAUSS*, 1/2002, n° 19, p.275-303. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-du-mauss-2002-1-page-275.htm>. Posteriormente ele foi republicado em: GAUCHET, M. *La condition politique*. Paris: Gallimard, 2005, p.505-557.

Cadernos do Sociofilo

Antes de iniciar, por boas razões, esta discussão, preciso dizer uma palavra a respeito de onde elas vêm, de que elas se nutriram e reconhecer assim as minhas dívidas. Certos verão nestas teses o prolongamento lógico ou a retomada de ideias expostas e desenvolvidas no “La démission des clercs. Les Sciences sociales et l’oubli du politique” (La Découverte, 1993)⁴ – sobre o conceito do político – ou na “Anthropologie du don. Le tiers paradigme” (Desclède Brouwer, 2000)⁵ – sobre o laço do político, do simbolismo e do dom.

Mas é justo e necessário precisar que, se a reflexão sobre o dom e o simbolismo seguiu uma trajetória própria, as teses aqui apresentadas sobre o político-religioso se inscrevem em referência e em discussão com as reflexões já antigas de Claude Lefort, rapidamente retransmitidas, endossadas e desenvolvidas por aquelas de Marcel Gauchet.

Para dizer rapidamente, elas retomam a discussão propriamente conceitual retirando-a, em certa medida, do lugar onde tinham deixado Marcel Gauchet e Claude Lefort num artigo escrito em conjunto, “Sur la démocratie: le politique et l’institution du social”, aparecido na revista Textures (1971, nº2-3), e que permaneceu sem explícita conceptualização sistemática posterior. Tendo M. Gauchet reavivado aqui diretamente uma parte das questões que ele havia posto, eu tive vontade de me juntar por meu lado ao debate.

Eu agradeço vivamente a Roberte Hamayon por ter dado uma primeira olhada benevolente nestas teses e por ter me incitado a introduzir uma primeira série de modificações que ela reconhecerá facilmente.

⁴ Tradução para o português em: CAILLÉ, A. *A demissão dos intelectuais: as ciências sociais e o esquecimento do político*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

⁵ Tradução para o português em: CAILLÉ, A. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.